

## EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 14/2022 REGISTRO DE PREÇOS

Município de São José dos Ausentes Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Trânsito Secretaria Municipal de Agricultura Secretaria Municipal de Saúde Secretaria Municipal de Educação Edital de Pregão Presencial nº 14/2022

Tipo de julgamento: menor preço por Item

Edital de pregão presencial visando o registro de preços para eventual aquisição de óleo diesel S-10 para a Secretaria Municipal de Obras, Agricultura, Saúde e Educação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS AUSENTES, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que às 10:00 horas, do dia 13 do mês de junho do ano de 2022, na Secretaria Municipal de Administração, localizada na Rua Professor Eduardo Inácio Pereira, nº 442, se reunirão o pregoeiro e a equipe de apoio, designados pela Portaria nº 103 de 21 de maio de 2021, com a finalidade de receber propostas e documentos de habilitação, objetivando a eventual aquisição de óleo diesel S-10, processando-se essa licitação nos termos da Lei Federal n.º 10.520, de 17-07-2002, e do Decreto Municipal n.º 1398 de 19 de setembro de 2007 e 1657 de 10 de março de 2010, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666-93.

#### 1. DO OBJETO:

**1.1.** A presente licitação tem como objeto o registro de preços para eventual aquisição de óleo diesel S-10 para a Secretaria Municipal de Obras, Agricultura, Saúde e Educação conforme especificações constantes neste Edital e no Termo de Referência – Anexo I.



Rua Professor Eduardo Inácio Pereira – 442 CEP: 95.280-000 Rio Grande do Sul (54) 3234-1100

#### 2. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

**2.1.** Para participação no certame, a licitante, além de atender ao disposto no item 7 deste edital, deverá apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em **envelopes distintos, lacrados**, não transparentes, identificados, respectivamente, como de n° 1 e n° 2, para o que se sugere a seguinte inscrição:

AO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS AUSENTES EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2022 ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA PROPONENTE (NOME COMPLETO)

-----

AO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS AUSENTES EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2022 ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTAÇÃO PROPONENTE (NOME COMPLETO)

**2.2.** Todo o documento exigido no presente instrumento convocatório poderá ser apresentado em original ou por qualquer processo de cópia autenticada, por tabelião ou por servidor, ou, ainda, publicação em órgão da imprensa oficial.

#### 3. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO:

- **3.1.** A licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao pregoeiro, diretamente, por meio de seu representante legal, ou através de procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada.
- **3.1.1.** A identificação será realizada, exclusivamente, através da apresentação de documento de identidade.
- **3.2.** A documentação referente ao credenciamento de que trata o item 3.1 deverá ser apresentada **fora dos envelopes**.
- **3.3.** O credenciamento será efetuado da seguinte forma:
- a) se representada diretamente, por meio de dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado, deverá apresentar:
- a.1) cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado;



Rua Professor Eduardo Inácio Pereira — 442 CEP: 95.280~000 Rio Grande do Sul (54) 3234~1100

- **a.2)** documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações;
- **a.3)** inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;
- **a.4)** decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;
- a.5) registro comercial, se empresa individual;
- a.6) declaração de pleno atendimento das exigências do Edital.

#### b) se representada por procurador, deverá apresentar, ainda:

- **b.1)** instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante reconhecida, em que conste os requisitos mínimos previstos no art. 654, § 1º, do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; ou
- **b.2)** carta de credenciamento outorgado pelos representantes legais da licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.
- **Observação 1:** Em ambos os casos (b.1 e b.2), o instrumento de mandato deverá estar acompanhado do ato de investidura do outorgante como representante legal da empresa.
- **3.4.** Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatório a licitante fazer-se representar em todas as sessões públicas referentes à licitação.
- **3.5.** A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá apresentar, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, declaração firmada por contador ou representante legal da empresa, ou qualquer outro documento oficial que comprove que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte.
- **3.5.1.** As cooperativas que tenham auferido, no ano anterior, receita bruta até o limite de 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e no art. 34, da Lei nº



Rua Professor Eduardo Inácio Pereira — 442 CEP: 95.280~000 Rio Grande do Sul (54) 3234~1100

11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, declaração firmada por contador ou representante legal da empresa, ou qualquer outro documento oficial que comprove que se enquadra como beneficiária.

#### 4. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES:

- **4.1.** No dia, hora e local, mencionados no preâmbulo deste edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à sessão pública do pregão, o pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes nºs 01 PROPOSTA e 02 DOCUMENTAÇÃO.
- **4.2.** Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária.
- **4.3.** O pregoeiro realizará o credenciamento das interessadas, previsto no item 03.

#### 5. PROPOSTA DE PREÇO:

- **5.1.** A proposta, cujo prazo de validade é fixado pela Administração em 60 dias, deverá conter a proposta de preços, deverá ser apresentada em folhas rubricadas, sendo a última datada e assinada pelo representante legal da empresa, ser redigida em linguagem clara, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, e deverá conter:
- a) razão social da empresa:
- **b)** descrição completa do produto ofertado, incluindo marca, referências e demais dados técnicos;
- c) preço unitário e total, indicado em moeda nacional, onde deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta da licitante vencedora.

**Observação:** Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até no máximo, três casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais, se houver, também em eventual contratação.

#### 6. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

**6.1.** Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços de até 10% (dez por cento)



Rua Professor Eduardo Inácio Pereira – 442 CEP: 95.280-000 Rio Grande do Sul (54) 3234-1100

superiores àquela poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.

- **6.2.** Não havendo, pelo menos, 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até no máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.
- **6.3.** No curso da sessão, as autoras das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidadas, individualmente, a apresentarem novos lances, verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir da autora da proposta classificada a de maior preço e as demais em ordem decrescente de valor, até a proclamação da vencedora.
- **6.4.** Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.
- **6.5.** A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, obedecida a ordem prevista nos itens 6.3 e 6.4.
- **6.5.1.** Dada a palavra a licitante e esta poderá apresentar nova proposta.
- **6.6.** É vedada a oferta de lance com vista ao empate.
- **6.6.1.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de R\$ 0,001 (um milésimo de real).
- **6.7.** Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes no item 15 deste edital.
- **6.8.** O desinteresse em apresentar lance verbal, quando convocada pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa competitiva e, consequentemente, no impedimento de apresentar novos lances, sendo mantido o último preço apresentado pela mesma, que será considerado para efeito de ordenação das propostas.
- **6.9.** Caso não seja ofertado nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.
- **6.10.** O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.
- **6.11.** Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo.



Rua Professor Eduardo Inácio Pereira – 442 CEP: 95.280-000 Rio Grande do Sul (54) 3234-1100

comparando a com os valores consignados em planilha de custos, decidindo motivadamente a respeito.

- **6.12.** A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarada vencedora a licitante que ofertar o menor preço unitário, desde que a proposta tenha sido apresentada de acordo com as especificações deste edital e seja compatível com o preço de mercado.
- **6.13** Serão desclassificadas as propostas que:
- a) não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
- b) forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;
- c) afrontem qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do item 05;
- **d)** contiverem opções de preços alternativos ou que apresentarem preços manifestamente inexequíveis.

**Observação:** Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

- **6.14.** Não serão consideradas, para julgamentos das propostas, vantagens não previstas no edital.
- **6.15.** Encerrada a sessão de lances, será verificada a ocorrência do empate ficto, previsto no art. 44, § 2º, da Lei Complementar 123/06, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as microempresas e as empresas de pequeno porte que atenderem ao item 3.5 e 3.5.1 deste edital.
- **6.15.1.** Entendem-se como empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, sejam superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.
- **6.16.** Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:
- a) A microempresa ou a empresa de pequeno porte detentora da proposta de menor valor será convocada para apresentar, no prazo de 05 (cinco) minutos, proposta inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.
- **b)** Se a microempresa ou a empresa de pequeno porte, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas e empresas de pequeno porte remanescentes,



Rua Professor Eduardo Inácio Pereira — 442 CEP: 95.280-000 Rio Grande do Sul (54) 3234-1100

que se enquadrem na hipótese do item 6.15.1 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea a deste item.

- **6.17.** Se nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte satisfazer as exigências do item 6.16 deste edital será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.
- **6.18.** O disposto nos itens 6.15 a 6.17, deste edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- **6.19.** Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos.
- **6.20.** Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

#### 7. DA HABILITAÇÃO:

- **7.1.** Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá apresentar dentro do ENVELOPE Nº 02, os seguintes documentos:
- a) Declaração que atende ao disposto no artigo 7°, inciso XXXIII, da Constituição Federal conforme o modelo do Decreto Federal n° 4.358-02 e art. 27 da Lei 8.666/93;
- **b)** Declaração de que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

#### 7.1.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) registro comercial, no caso de empresa individual;
- **b)** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- **d)** decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.



Rua Professor Eduardo Inácio Pereira — 442 CEP: 95.280-000 Rio Grande do Sul (54) 3234-1100

**7.1.2.1.** Será dispensada da apresentação, no envelope de habilitação, dos documentos referidos no item 7.1.2, a empresa que já os houver apresentado no momento do credenciamento, previsto item 03 deste edital.

#### 7.1.3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;
- b) prova de regularidade quanto aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN e regularidade junto a Previdência Social do Brasil (Certidão Conjunta Negativa / Certidão de Regularidade Fiscal RFB/PGFN);
- c) prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- d) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- e) prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

#### 7.1.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA:

a) certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica com emissão não superior a 30 (trinta) dias da data do certame.

#### 7.1.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Atestado de capacidade técnica, pertinente e compatível com o objeto da licitação, através de fornecimento de 01 (um), ou mais, atestado(s)/declaração(ões) de capacidade técnica, em nome da proponente, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) que a proponente executou, a contento, o fornecimento do objeto deste instrumento convocatório;
- **b)** Deverá apresentar Autorização de Distribuição expedida pela Agência Nacional de Petróleo ANP conforme RESOLUÇÃO ANP Nº 58, de 17.10.2014;
- c) Licença Ambiental Operacional (resolução CONAMA nº 273/2000).



Rua Professor Eduardo Inácio Pereira – 442 CEP: 95.280-000 Rio Grande do Sul (54) 3234-1100

- **7.2.** A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao disposto nos itens 3.5 e 3.5.1, que possuir restrição em qualquer dos documentos de **regularidade fiscal e trabalhista**, previstos no item 7.1.3, deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em cinco dias úteis, a contar do 1º dia útil subsequente ao da sessão em que foi declarada como vencedora do certame.
- **7.2.1.** O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.
- **7.2.2.** Ocorrendo a situação prevista no item 7.2, a sessão do pregão será suspensa, podendo o pregoeiro fixar, desde logo, a data em que se dará continuidade ao certame, ficando os licitantes já intimados a comparecer ao ato público, a fim de acompanhar o julgamento da habilitação.
- **7.2.3.** O benefício de que trata o item 7.2 não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.
- **7.2.4.** A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 7.2, implicará na inabilitação do licitante e a adoção do procedimento previsto no item 8.2, sem prejuízo das penalidades previstas no item 15, alínea *a*, deste edital.
- **7.3.** O envelope de documentação que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da homologação da licitação, devendo a licitante retirálo, após aquele período, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

#### 8. DA ADJUDICAÇÃO:

- **8.1.** Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante que ofertar o menor preço será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.
- **8.2.** Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.



Rua Professor Eduardo Inácio Pereira – 442 CEP: 95.280-000 Rio Grande do Sul (54) 3234-1100

#### 9. DO RECURSO, DA HOMOLOGAÇÃO E DO REGISTRO DOS PREÇOS:

- **9.1.** No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 3 (três) dias para apresentação, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- **9.2.** A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.
- **9.3.** O recurso deverá ser encaminhado diretamente ao Senhor Prefeito Municipal, através da Secretaria de Gabinete.
- **9.4.** O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- **9.5.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento e determinará a convocação dos beneficiários para a assinatura da Ata de Registro de Preços.
- **9.6.** A Ata de Registro de Preços será formalizada e será subscrita pela autoridade que assinou o edital.
- **9.7.** A licitante convocada para assinar a Ata que deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído.
- **9.8.** Colhidas as assinaturas, a Ata será imediatamente publicada e, se for o caso, promover a exclusão de que trata o subitem anterior.

#### 10. DO PRAZO DE VALIDADE:

**10.1** O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da respectiva Ata.

#### 11. DAS CONTRATAÇÕES

- **11.1.** Os fornecedores de bens incluídos na Ata de Registro de Preços estarão obrigados a celebrar os contratos que poderão advir, nas condições estabelecidas no ato convocatório, nos respectivos anexos e na própria Ata.
- **11.2.** A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a



Rua Professor Eduardo Inácio Pereira — 442 CEP: 95.280~000 Rio Grande do Sul (54) 3234~1100

legislação relativa às licitações, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

- **11.3.** Quando da necessidade da contratação, a administração convocará o fornecedor indicado, celebrando o contrato ou instrumento equivalente.
- **11.4.** Para instruir a formalização dos contratos ou instrumento equivalente, o fornecedor do bem deverá providenciar e encaminhar à administração municipal, no prazo de 03 (três) dias úteis a partir da convocação, certidões negativas de débitos para com o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e certidões negativas de tributos e contribuições federais, estaduais, municipais e a de débitos trabalhistas sob pena de a contração não se concretizar.
- **11.5.** Se as certidões anteriormente apresentadas para habilitação ou constantes do cadastro estiverem dentro do prazo de validade, o fornecedor ficará dispensado da apresentação das mesmas.
- **11.6.** O fornecedor do objeto desta licitação deverá, no prazo de 02 (dois) dias corridos contados da data da convocação, comparecer ao órgão contratante para assinar o termo de contrato ou retirar instrumento equivalente.

#### 12. DOS PRAZOS:

**12.1.** O objeto desta licitação deverá ser fornecido num prazo máximo de 05 (cinco) dias a partir da solicitação por parte do Município

#### 13. DO PAGAMENTO:

- **13.1.** O pagamento será efetuado no prazo de 15 (quinze) dias após a entrega do combustível, contra empenho, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, e após a liberação da Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Trânsito.
- **13.2.** A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do pregão a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.
- **13.3.** Havendo qualquer incorreção de documentos a posterior, o pagamento será sustado, até que a empresa adote as providências necessárias à regularização da situação.

#### 14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

**14.1.** A despesa decorrente correrá por conta das seguintes dotações:



Rua Professor Eduardo Inácio Pereira – 442 CEP: 95.280-000 Rio Grande do Sul (54) 3234-1100

- 07 Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Trânsito
- 07. 01 Secretaria Muncipal de Obras, Transporte e Trânsito
- 26.782.0101 Construção/Restauração e Conservação de Estradas Municipais
- 2.068 Manutenção da Secretaria Municipal Obras, Transaporte e Trânsito
- 33.90.30.00.00.00.00.001 Material de Consumo
- 08 Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Desenv. Rural
- 08.01 Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Desenv. Rural
- 20.606.0072 Mecanização Agrícola
- 2.072 Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Desenv. Rural
- 33.90.30.00.00.00.00.0001 Material de Consumo
- 06 Secretaria Municipal da Saúde
- 06.01 Secretaria Municipal da Saúde Rec. Próprios
- 10.301.0034 Assistência Médica/Odontologica especializada
- 2.039 Manutenção da Secretaria Municipal da Saúde
- 33.90.30.00.00.00.00.0040 Material de Consumo
- 04 Secretaria Municipal de Educação
- 04.01 Secretaria Municipal da Educação Rec. Próprios
- 12.361.0047 Ensino Regular
- 2.024 Manutenção da Secretaria Municipal da Educação
- 33.90.30.00.00.00.00.0020 Material de Consumo
- **14.2.** Para fazer face às despesas, serão emitidas Notas de Empenho pela Secretaria Municipal da Fazenda de São José dos Ausentes.

#### 15. DAS PENALIDADES:

- **15.1.** Pelo inadimplemento das obrigações sejam na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:
- a) deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 02 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;



Rua Professor Eduardo Inácio Pereira – 442 CEP: 95.280-000 Rio Grande do Sul (54) 3234-1100

- **b)** manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 02 anos;
- c) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 05 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;
- **d)** executar o contrato/ata de registro de preços com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;
- e) executar o contrato/ata de registro de preços com atraso injustificado, até o limite de 30 (trinta) dias, após os quais será considerada inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato ou valor da autorização de fornecimento;
- f) inexecução parcial do contrato/ata de registro de preços: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 03 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato ou valor da autorização de fornecimento;
- **g)** inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 05 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato ou valor da autorização de fornecimento;
- h) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual/ata de registro de preços: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar a contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato ou valor da autorização de fornecimento.
- **15.2.** As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.
- **15.3.** Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for importa ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

#### 16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

**16.1.** Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser solicitadas por escrito, ao Município de São José dos Ausentes, setor de Licitações, sito na Rua Professor Eduardo Inácio Pereira, nº 442, ou pelo telefone (54) 3234 1100, no horário compreendido entre as 8:00 e 17:00 horas, preferencialmente, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data marcada para recebimento dos envelopes.



Rua Professor Eduardo Inácio Pereira – 442 CEP: 95.280-000 Rio Grande do Sul (54) 3234-1100

- **16.2.** Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no Município, setor de Licitações.
- **16.3.** Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.
- **16.4.** Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, *e-mail* e os números de fax e telefone.
- **16.5.** As cópias extraídas da internet serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferido pela Administração.
- **16.6.** A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666-93, sobre o valor inicial contratado.
- **16.7.** Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.
- **16.8.** A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal nº 8.666-93).
- **16.9.** Constituem anexos e fazem parte integrante deste edital:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Minuta de Ata de Registro de Preços;

Anexo III – Modelo de Credenciamento;

Anexo IV – Modelo de Declaração de Cumprimento e Requisito de Habilitação;

Anexo V – Modelo de Declaração – Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte;

Anexo VI – Modelo de Declaração de Cumprimento do Disposto no Inciso XXXIII do Art.7º da CF;

Anexo VII - Modelo da declaração de que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

**16.10.** Fica eleito o Foro da Comarca de Bom Jesus para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

São José dos Ausentes/RS, 31 de maio de 2022.

#### **Ernesto Valim Boeira** PREFEITO MUNICIPAL

				examinado	е
aprov	ado por	esta	Assessori	a Jurídica.	
	Em _	/_	/		
	_		, , , , , ,		
	Asse	essor	(a) Jurídico	o(a)	



Rua Professor Eduardo Inácio Pereira – 442 CEP: 95.280-000 Rio Grande do Sul (54) 3234-1100

#### ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

#### PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2022 - REGISTRO DE PREÇOS

#### 1. OBJETO/JUSTIFICATIVA:

**1.1.** O objeto da presente licitação é a eventual aquisição de óleo diesel S-10 para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras, Agricultura, Saúde e Educação conforme descrição abaixo:

Item	Unid.	Quant. máxima estimada	DESCRIÇÃO	Vlr. Unitário de Referência	Vlr. Total de Referência
01	Litros	120.000	ÓLEO DIESEL S-10	6,60	792.000,00
			VALOR TOT	AL:	792.000,00

- **1.2.** A quantidade referida no quadro acima é estimativa, não se obrigando a administração pela aquisição total.
- **1.3.** O vencedor deverá fornecer o combustível de acordo com a necessidade do Município, abastecendo o reservatório com capacidade de 13.000 a 15.000 litros, localizado no pátio da Prefeitura Municipal, e o reservatório da localidade do Silveira, com capacidade de 3.000 a 5.000 litros.
- **1.4.** O vencedor deverá fornecer instalado, em perfeito funcionamento, um reservatório com capacidade de 13.000 a 15.000 litros e outro com capacidade de 3.000 a 5.000 litros, bomba, filtros e equipamentos necessários para o bom funcionamento dos abastecimentos, as suas expensas e em comodato até o vencimento da Ata de Registro de Preços, tendo para isso um prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços, sendo que após 12 meses a empresa vencedora deverá retirar o reservatório instalado na Prefeitura sem custos para o Município.
- **1.5.** O endereço para instalação dos tanques e posterior abastecimento são os seguintes: 1) no pátio da Prefeitura Municipal na Rua Professor Eduardo Inácio Pereira, nº 442, Centro, São José dos Ausentes; e, 2) na localidade do Silveira, o qual dista 20 km da sede do Município.



1.6. O abastecimento deverá ser ocorrer num prazo máximo de 05 (cinco) dias a partir da solicitação por parte do Município

#### 2. PAGAMENTO:

2.1. O pagamento será efetuado no prazo de 15 (quinze) dias após a entrega do combustível, contra empenho, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, e após a liberação da Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Transito.

São José dos Ausentes/RS, 31 de maio de 2022.

**Ernesto Valim Boeira** PREFEITO MUNICIPAL



Rua Professor Eduardo Inácio Pereira – 442 CEP: 95.280-000 Rio Grande do Sul (54) 3234-1100

#### ANEXO II

# MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS AUSENTES PREGÃO PRESENCIAL 14/2022 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_/\_

Aos dias do mês de de, nas dependências da Prefeitura Municipal de
São José dos Ausentes, situada na Rua Professor Eduardo Inácio Pereira, nº 442, nos
termos do art. 15 da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, em face da classificação das
propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL 14/2022, para REGISTRO DE
PREÇOS, por deliberação da Comissão de Licitação, resolve REGISTRAR O PREÇO da
empresa com preço mais vantajoso, por item, observadas as condições do Edital que rege o
Pregão Presencial 14/2022, e aquelas enunciadas abaixo.
Item 01: (nome da empresa), com sede na, representada nesse ato, por
seu representante legal, Sr, portador da cédula de identidade RG nº
e CPF nº;

#### 1 - OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto o registro de preço de óleo diesel S-10 conforme especificações do Anexo I do Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2022, que passa a fazer parte dessa Ata, como parte integrante.

#### 2 – VIGÊNCIA

- 2.1. A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.
- 2.2. Nos termos do art. 15, §4º da Lei nº 8.666/93, e do Decreto Municipal nº 1657 de 10 de março de 2010, esse Município não está obrigado a adquirir exclusivamente por intermédio dessa Ata, durante o seu período de vigência, os produtos cujos preços nela estejam registrados, podendo adotar para tanto uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento aos registrados, no caso de igualdade de condições.



Rua Professor Eduardo Inácio Pereira – 442 CEP: 95.280-000 Rio Grande do Sul (54) 3234-1100

#### 3 - CONTRATO

Para consecução dos fornecimentos do produto registrado nessa Ata será celebrado contrato específico com a empresa se assim julgar necessário à administração municipal. Serão realizadas as solicitações de fornecimento oriundas de Autorizações de Fornecimentos (ou instrumento equivalente) conforme disposto nos subitens 5.1 a 5.5.

4 – I	PRE	ÇOS
-------	-----	-----

O preço ofertado	do pela empresa signat	tária da presente	Ata de Regi	stro de Preço	s é o
seguinte: R\$	por litro de óleo diesel	S-10, sendo que	o total máxi	mo para aqui	sição
é de 120.000 litros, tot	alizando o valor de R\$				

#### 5 - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

- 5.1. As solicitações de fornecimento de entrega referente ao item em que a empresa foi declarada vencedora serão feitas mediante Autorização de fornecimento (ou instrumento equivalente), sendo que a mesma deverá entregar o combustível solicitado, na Secretaria Municipal de Obras Transporte e Trânsito, sito a Rua Professor Eduardo Inácio Pereira, nº 442, Centro, São Jose dos Ausentes/RS, e na localidade do Silveira, o qual dista 20 km da sede do Município, sem custo adicional e assumindo total responsabilidade até a entrega.
- 5.2. Os fornecimentos deverão ser realizados de acordo com a Autorização de fornecimento (ou instrumento equivalente).
- 5.3. O vencedor deverá fornecer instalado, em perfeito funcionamento, um reservatório com capacidade de 13.000 a 15.000 litros e outro com capacidade de 3.000 a 5.000 litros, bomba, filtros e equipamentos necessários para o bom funcionamento dos abastecimentos, as suas expensas e em comodato até o vencimento da Ata de Registro de Preços, tendo para isso um prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços, sendo que após 12 meses a empresa vencedora deverá retirar o reservatório instalado na Prefeitura sem custos para o Município.
- 5.4. O endereço para instalação dos tanques e posterior abastecimento são os seguintes: 1) no pátio da Prefeitura Municipal na Rua Professor Eduardo Inácio Pereira, nº 442, Centro, São José dos Ausentes, e 2) na localidade do Silveira, o qual dista 20 km da sede do Município.
  - 5.5. Os fornecimentos deverão ser efetuados nos dias úteis, até às 17:00 horas.



Rua Professor Eduardo Inácio Pereira – 442 CEP: 95.280-000 Rio Grande do Sul (54) 3234-1100

- 5.6. Dentro do prazo de vigência contratual, o fornecedor está obrigado ao fornecimento do combustível desde que obedecidas as condições do edital de Pregão Presencial 14/2022 que precedeu a formalização dessa Ata.
- 5.7. O combustível cuja apresentação não estiver com as especificações solicitadas neste Edital, não será recebido pela Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Trânsito, e a empresa terá um prazo máximo de 15 (quinze) dias a partir da data da entrega para repor o produto. Caso, o mesmo não aconteça a empresa passará por uma comissão de reavaliação que determinará a sua permanência ou não nos processos licitatórios.
- 5.8. Os abastecimentos deverão ocorrer num prazo máximo de 05 (cinco) dias a partir da solicitação por parte do Município.

#### 6 – CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 6.1. O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, nas seguintes hipóteses:
- a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes dessa Ata de Registro de Preços;
- b) quando o fornecedor não assinar o contrato quando convocado para tal, sem justificativa aceitável;
- c) quando o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado se esse se tornar superior ao praticado no mercado;
- d) quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou força maior;
- 6.2. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nas alíneas "a)" a "d)", será formalizado em processo próprio e comunicada por correspondência, com aviso de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 6.3. No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial, considerando-se, assim, para todos os efeitos, cancelado o preço registrado.



Rua Professor Eduardo Inácio Pereira – 442 CEP: 95.280-000 Rio Grande do Sul (54) 3234-1100

#### 7 – DAS PENALIDADES

- 7.1 Os bens cujos fornecimentos vierem a ser contratados deverão ser entregues em até 30 (trinta) dias a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento (ou instrumento equivalente) emitida pelo Município, sob pena de:
- a) multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, limitado este a 30 (trinta) dias, após o qual será considerado inexecução contratual;
- b) multa de 8% (oito por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 03 (três) anos;
- c) multa de 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 05 (cinco) anos.
- 7.2 As multas das alíneas "a" e "c" serão calculadas sobre o valor total do contrato, e caso não tenha sido formalizado, sobre o valor da nota de empenho.
- 7.3 A multa da alínea "b" será calculada sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato, e caso não tenha sido formalizado, sobre o valor correspondente ao montante não adimplido da nota de empenho.

#### 8 - FISCALIZAÇÃO

- 8.1. Cabe ao Setor de Obras da Prefeitura Municipal de São José dos Ausentes/RS proceder à fiscalização rotineira do combustível recebido, quanto à quantidade, ao atendimento de todas as especificações e horários de entrega.
- 8.2. Os fiscais estão investidos do direito de recusar, em parte ou totalmente, o combustível que não satisfaça as especificações estabelecidas ou que esteja sendo entregue fora do horário preestabelecido.
- 8.3. As irregularidades constatadas pelos fiscais deverão ser comunicadas ao fornecedor, e o mesmo terá um prazo máximo de 15 dias para tomar as providências necessárias para corrigi-las. Caso, o mesmo não aconteça à empresa passará por uma comissão de reavaliação que determinará a sua permanência ou não nos processos licitatórios.



Rua Professor Eduardo Inácio Pereira – 442 CEP: 95.280-000 Rio Grande do Sul (54) 3234-1100

#### 9 - CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR

- 9.1. Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou não aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a atrasar a entrega dos produtos no local onde estiver sendo executado o objeto do contrato:
  - a) greve geral;
  - b) calamidade pública;
  - c) interrupção dos meios de transporte;
  - d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e,
- e) outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).
- 9.2. Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pela contratada.
- 9.3. Sempre que ocorrerem situações que impliquem caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de São José dos Ausentes/RS, até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

#### 10 - FORO

Para a resolução de possíveis divergências entre as partes, oriundas da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Bom Jesus/RS

E, por	assim ha	verem ad	cordado,	declar	am am	ibas as	s partes	aceitar	todas	as
disposições es	tabelecida	s na pres	ente Ata	que, li	da e ac	hada c	onforme	, vai ass	inada	pelo
		represer	ntante d	o Pode	er Exe	cutivo	Municipa	al e pelo	o(s) S	r.(s)
	CPF nº _		_, Carteiı	a de lo	dentidad	de	,	represen	tando	a(s)
EMPRESA(S)	REGISTR	RADA(S),	tendo	como	testem	unhas	0			e o
	, a todo o a	ato preser	ntes.							
Municín	oio de São	losé dos	ΔιιςΔητώς		de	1	de 2	022		



Representante do Poder Executivo	Representante da Empresa
Municipal	
Testemunha	Testemunha



#### **ANEXO III** PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2022 MODELO DE CREDENCIAMENTO

Attavos da prosente, erodenciamos e(a) en (a)	,
Através da presente, credenciamos o(a) Sr.(a) e CPF sob nº e CPF sob nº	,
a participar da Licitação instaurada pelos órgãos do Município de São José	dos
Ausentes/RS, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL para Registro de Preço	
qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-s	e em
nome da empresa, inscrita sob o nº bem como formular propostas/lances verbais, recorrer e pr	CNPJ
nº bem como formular propostas/lances verbais, recorrer e pi	atıcar
todos os demais atos inerentes ao certame.	
de de 2022.	
Depresentante la gal	
Representante Legal Carimbo da CNPJ	
Callillo da CNFJ	
ANEXO IV	
PREGÃO PRESENCIAL № 14/2022	
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO E REQUISITO DE HABILITAÇÃO	
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO E REQUISITO DE HABILITAÇÃO	
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO E REQUISITO DE HABILITAÇÃO  A empresa, por intermédio de seu representante legal	o (a)
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO E REQUISITO DE HABILITAÇÃO  A empresa, por intermédio de seu representante legal	o (a) idade
A empresa, por intermédio de seu representante legal Senhor portador (a) da Carteira de Ident n° e do CPF n°, para cumprimen	idade to do
A empresa, por intermédio de seu representante legal Senhor e do CPF n°, para cumpriment previsto no inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, publica	idade to do da no
A empresa, por intermédio de seu representante legal Senhor, por intermédio de seu representante legal Senhor	idade to do da no rura
A empresa	idade to do da no rura
A empresa, por intermédio de seu representante legal Senhor, por intermédio de seu representante legal Senhor	idade to do da no rura
A empresa	idade to do da no rura



#### ANEXO V PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2022 MODELO DE DECLARAÇÃO MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

<b>DECLARAMOS</b> para PRESENCIAL, que a	fins de Empresa	participação	no	procedim	ento	licitatório	<ul> <li>PREGÃO inscrita sob o</li> </ul>
PRESENCIAL, que a CNPJ	•			é Microe	empre	sa ou	Empresa de
Pequeno Porte, nos 103/2007 do Departan Junta Comercial (con Porte).	termos da nento de Re	Lei Comple gistro do Con	menta nércio	r 123/200 , e confor	06 e I me De	nstrução claração	Normativa nº expedida pela
		,	de	de	e 2022		
		Representa			_		
		Carimbo d	la CNI	⊃J			
	DDE	ANEX SÃO PRESEN	_	NO 14/201	22		
DECLARAÇ (atendimento ao	ÃO NOS TE	ERMOS DO D	ECRE	TO FEDE	ERAL I		
Ref.: (identificação da	licitação)						
	do CPF nº . 8.666, de 2	, p	ortado , <b>DE</b> e 1993	or(a) da <b>CLARA</b> , p s, acrescio	Car para fir do pela	teira d ns do disp a Lei nº 9	e Identidade posto no inciso .854, de 27 de
insalubre e não empre Ressalva: emprega me	ga menor d	e dezesseis a	nos.				
		,		de	_ de 2	022.	
		Representa		lan			
		Carimbo d					



Rua Professor Eduardo Inácio Pereira – 442 CEP: 95.280-000 Rio Grande do Sul (54) 3234-1100

#### ANEXO VII PREGÃO PRESENCIAL № 14/2022 MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NOS QUADROS DA EMPRESA

A Empresa (inserir razão social), inscrita no CNPJ nº (inserir número) por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) (inserir nome), portador(a) da Carteira de Identidade nº (inserir número e órgão emissor) e do CPF nº (inserir número), DECLARA sob as penas da Lei e para fins da Licitação Modalidade Pregão Presencial nº 14/2022 que, não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, empregado de empresa pública e de sociedade de economia mista do órgão celebrante.

 , de	de 2022.
Representante Legal	